

ANEXO 04
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, **VINICIUS MANGUES PACOBELLO**, portador da carteira de identidade nº **607215148**, e CPF nº **54403060803**, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de ARQUITETURA E URBANISMO da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço **RUA JORNALISTA ANTONIO BESSA, nº877**, sendo que o valor total do aluguel de R\$ **1200,00 (MIL E DUZENTOS REAIS)** e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$ **600,00(SEISCENTOS REAIS)**.

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): **SEBASTIAN NICOLAS PANDURO VASQUEZ.**

Assinatura e telefone: **(48) 99100-7730**

Documento assinado digitalmente
gov.br SEBASTIAN NICOLAS PANDURO VASQUEZ
Data: 02/09/2025 00:16:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____.

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____.

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____.

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Data: **01/09/2025**

Documento assinado digitalmente
gov.br VINICIUS MANGUES PACOBELLO
Data: 02/09/2025 00:19:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.